

INAUGURAÇÃO DA OBRA DE PROTEÇÃO CONTRA O PERIGO DE INUNDAÇÃO NA FREGUESIA DA PRAINHA, CONCELHO DE SÃO ROQUE DO PICO

São Roque do Pico, 26 de julho de 2017

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

A inauguração de uma obra como esta é sempre um motivo de satisfação pelo facto de ela servir objetivos muito precisos, muito concretos e que, muitas vezes, passam despercebidos na sua importância diária. Só nos lembramos desses objetivos quando, em situação de maior angústia e maior aflição, constatamos aquilo que eles visam servir.

Neste caso concreto, como em muitos outros casos pela nossa Região neste tipo de infraestruturas, há um trabalho que está a ser feito neste domínio. Em relação a esta obra, trata-se de um investimento que visou, a montante da estrada regional, uma intervenção de desvio para a Ribeira da Areia de uma nova linha de água formada aquando dos temporais de outubro de 2012, bem como o reperfilamento e alargamento da Ribeira da Areia e a reconstrução de passagens hidráulicas, a jusante da estrada regional, de modo a compatibilizar a secção de vasão da ribeira com os novos caudais.

Trata-se de um investimento de cerca de 350 mil euros que se insere num vasto programa de reabilitação da Rede Hidrográfica dos Açores que, até este momento, já representou um investimento público global superior a 5,3 milhões de euros.

Só na ilha do Pico decorrem, neste momento, mais duas empreitadas, num investimento global superior a 1,1 milhões de euros, concretamente a construção da passagem hidráulica sobre a Rua do Meio e retenção de fluxos detríticos na Ribeira do Dilúvio, segunda fase, e também a empreitada de mitigação dos riscos de fluxos detríticos nas ribeiras Grande e Nova, ambas na freguesia de São Caetano.

Mas esta obra, mesmo na componente de infraestruturas, pode ser considerada como um exemplo daquilo que tem sido feito noutros domínios: há também a considerar o investimento feito na manutenção e limpeza das linhas de água, que é executado regularmente pelos serviços da Direção Regional do Ambiente ou, pontualmente, com recurso a prestadores de serviço.

Temos, de ano para ano, que afetar recursos financeiros crescentes para esses fins e, comparativamente a 2012, quadruplicámos as correspondentes dotações orçamentais, sendo que o Plano deste ano dispõe, para a globalidade estas ações, de verbas que rondam os oito milhões de euros.

Esta é uma aposta necessária e uma aposta que nos deve orgulhar a todos, porque o que aqui está em causa não é a questão do embelezamento. O valor principal que aqui está em causa é o valor da segurança das pessoas e bens. Mas, conforme todos temos consciência,

numa Região que tem uma rede hidrográfica com mais de sete mil quilómetros, distribuída por mais de 700 bacias hidrográficas, não basta apenas este tipo de intervenção, não bastam apenas aquelas que são intervenções físicas, é necessário mais do que essa aposta exclusiva em obras, por mais importância que elas tenham, e elas efetivamente têm.

É por isso que aprovamos recentemente o Plano de Gestão de Riscos de Inundações, que abrange as bacias hidrográficas mais críticas da nossa Região. É um instrumento fundamental de planeamento, que reveste a forma de plano setorial e que tem como principal objetivo estratégico a redução das potenciais consequências das inundações para a vida humana, para o ambiente, para o património cultural e para as infraestruturas e atividades económicas.

Este plano visa, no fundo, definir as medidas de prevenção, de proteção, de preparação e de resposta adequadas às especificidades de cada uma das zonas identificadas com riscos potenciais significativos, sobretudo nas ilhas de São Miguel, Terceira e Flores.

No que diz respeito ao planeamento, há um outro trabalho que é feito e que gostaria de salientar, e que tem a ver com a elaboração ou - recuando um bocadinho - as campanhas regulares que conduzem à elaboração anual do Relatório do Estado das Ribeiras dos Açores.

Este é um documento que compila informação sobre os recursos de água na nossa Região, identifica situações de risco, situações que necessitam de manutenção e, sobretudo, alerta para aqueles locais que, tendo em conta o seu histórico, a sua natureza, a sua localização, se apresentam como mais problemáticos.

Um outro trabalho que também está a ser feito e que se insere neste objetivo global que vos referi tem a ver com o alargamento da Rede Hidrometeorológica dos Açores, que passa a integrar 99 estações automáticas em todas as ilhas.

Atualmente, para dar um exemplo, no caso concreto da ilha do Pico, existem 14 estações automáticas em funcionamento - cinco meteorológicas, duas hidrométricas, quatro odométricas e três limigráficas - que efetuam a teletransmissão de dados em tempo real, o que permite, por um lado, o conhecimento atempado do ciclo hidrológico, com a perceção rigorosa das disponibilidades hídricas, acautelando também a defesa de pessoas e bens contra fenómenos extremos, e, por outro, a disponibilização online dos dados, o que permite o acesso de qualquer cidadão a esta informação atualizada para fins pessoais, profissionais e científicos.

Mas há um outro dado que aqui me parece importante, que é a relação que esta Rede Hidrometeorológica dos Açores tem com tarefas de planeamento e até de alertas. Na verdade, esta informação da Rede Hidrometeorológica dos Açores é a informação base que, depois de devidamente tratada e modelada pelo CIVISA - Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores, é utilizada para a emissão e difusão de alertas, em caso de perigo de ocorrência de movimentos associados a episódios de precipitação, num processo que envolve também os serviços da Proteção Civil.

A par de tudo isto, há um conjunto de outras atividades que se centram e também se destinam a tarefas de sensibilização, de planeamento e de prevenção e que são algo que, no fundo, incide num trabalho muito mais próximo das populações, como é o caso do programa 'Eco Freguesia, Freguesia Limpa', do projeto 'A Minha Ribeira', no fundo, medidas que visam despertar o conhecimento, a sensibilidade, a atuação das entidades, desde logo as entidades locais, para este tipo de situações e, sobretudo, para este esforço, cada vez mais intenso, cada vez mais veemente, de proteção, de planeamento, de preparação para situações com as quais podemos, eventualmente, ser confrontados.

A nossa função e o conjunto de intervenções que, nesse âmbito, se realizam por parte do Governo dos Açores, têm todas essas componentes de informação, de recolha de dados, de intervenção em infraestruturas, de sensibilização, que acreditamos que é a chave para termos uma Região melhor preparada para este tipo de fenómenos e, em especial, para este tipo de fenómenos estranhos.

Faço votos que, apesar do investimento que aqui está feito, ele se revele sempre desnecessário - seria um ótimo sinal, mas a nossa função é prepararmo-nos para aquilo que eventualmente possa acontecer.

Foi isso que fizemos, aqui, na freguesia da Prainha, é isso que temos feito por toda a Região, conforme vos acabei de referir, não apenas naquilo que tem a ver com obras, mas sobretudo com aquilo que tem a ver com a informação, com a consciência e com as mentalidades.

Muito obrigado!